



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



* MINUTA DE DOCUMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23453.000050/2022-88
ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ____/2022-UFMS

**CONTRATO DE CONCESSÃO ADM
FÍSICO CELEBRADO ENTRE A FUND
MATO GROSSO DO SUL E A EMPRE**

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com sede na Av. Costa e Silva, s/nº – Bairro Universitário, na cidade de Campo Grande/MS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 15.461.510/0001-33, neste ato representada pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura, Augusto Cesar Portella Malheiros, nomeado pela Portaria nº 1.169 de 28 de setembro de 2017, portador da matrícula funcional nº 1144834, doravante denominada CONCEDENTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONCESSIONÁRIA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 23453.000050/2022-88, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente **TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE ESPAÇO FÍSICO**, com a finalidade específica de exploração de serviço de **LANCHONETE**, decorrente do Pregão nº 30/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Concessão onerosa administrativa de espaço físico para exploração de serviços de lanchonete/cantina, via contratação de pessoa jurídica, situado no Câmpus de Naviraí da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em área de 16,30 m², com finalidade específica para exploração de cantina. Situado à Rodovia MS 141 KM 2 - Naviraí-MS - CEP 79950-000**, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da Contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL DA CESTA DE PRODUTOS.	VALOR TOTAL
1	Concessão administrativa de uso de espaço físico, com área de 16,30 m², localizado no Câmpus de Naviraí da UFMS, com finalidade específica de exploração de serviços de atividades de lanchonete/cantina.	15210	*Cesta de Produtos	1		

*** Cesta de produtos**

Lote	CATSER	Descrição	Descrição Complementar	
1	015.210	CONCESSÃO USO/ÁREA IMÓVEL PÚBLICO	Salgados fritos – risoles, coxinhas e outros (carne bovina, queijo, frango, etc.) - CPNV	
2	015.210	CONCESSÃO USO/ÁREA IMÓVEL PÚBLICO	Salgados assados – pães, esfirras, enroladinhos (carne bovina, queijo, frango, etc.) - CPNV	
3	015.210	CONCESSÃO USO/ÁREA IMÓVEL PÚBLICO	Refrigerante (lata 200 a 250ml) - CPNV	
4	015.210	CONCESSÃO USO/ÁREA IMÓVEL PÚBLICO	Refrigerante (lata 350ml) - CPNV	
5	015.210	CONCESSÃO USO/ÁREA IMÓVEL PÚBLICO	Água mineral (garrafa 500 a 510 ml) - CPNV	
6	015.210	CONCESSÃO USO/ÁREA IMÓVEL PÚBLICO	Suco de fruta c/ água – sabores diversos (copo 300 ml) - CPNV	
7	015.210	CONCESSÃO USO/ÁREA IMÓVEL PÚBLICO	Suco de fruta c/ leite – sabores diversos (copo 300 ml) - CPNV	
8	015.210	CONCESSÃO USO/ÁREA IMÓVEL PÚBLICO	Café (copo 50ml) - CPNV	
9	015.210	CONCESSÃO USO/ÁREA IMÓVEL PÚBLICO	Café c/leite (copo 300ml) - CPNV	

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços objeto da concessão administrativa de área física tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.1.7. O prazo para início da execução é aquele estabelecido no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES

- 3.1. As obrigações da CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA são aquelas definidas no Termo de Referência.
- 3.2. Demais condições:

- 3.2.1. O espaço deverá destinar-se única e exclusivamente à prestação de serviços de LANCHONETE.
- 3.2.2. Alterações ou modificações no espaço físico oriundo desta concessão, tais como obras, instalações elétricas, iluminação, rede de internet, telefone, etc., são de inteira responsabilidade da empresa e devem ser acompanhadas por um profissional capacitado para a mesma e submetida à aprovação prévia da CONCEDENTE, conforme disposto no item 7.8 do Termo de Referência, anexo do Edital.
- 3.2.3. A Concessionária é responsável por conscientizar e cientificar seus empregados sobre as condutas adequadas às normas éticas da UFMS, bem como quanto a obrigatoriedade de observância às Normas de Segurança do Trabalho e da utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI. (Incluído em atendimento às medidas de tratamento de riscos à integridade estabelecidas no Plano de Integridade desta Universidade, aprovado pela Resolução do Conselho Diretor nº 132, de 15 de julho de 2019, devidamente publicada no Boletim Oficial nº 7084).
- 3.2.4. A Concessionária é corresponsável pelas condutas éticas de empregados no âmbito da UFMS, devendo contribuir para o uso racional dos recursos públicos e o zelo ao patrimônio público, sob pena de cominação criminal individualizada, além das medidas administrativas em desfavor da Contratada. (Incluído em atendimento às medidas de tratamento de riscos à integridade estabelecidas no Plano de Integridade desta Universidade, aprovado pela Resolução do Conselho Diretor nº 132, de 15 de julho de 2019, devidamente publicada no Boletim Oficial nº 7084).

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

- 4.1. Os termos, cláusulas e condições deste ajuste poderão ser alterados mediante Termo Aditivo, nas situações e limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93, observando o interesse público; excetuada a vigência, conforme prevista na CLÁUSULA SEGUNDA.
- 4.2. Na hipótese da ocorrência, na forma da lei, de sub-rogação, cisão ou incorporação da **CONCESSIONÁRIA**, deverá ser celebrado ajuste contratual específico, observados os procedimentos estabelecidos na Lei 8.666/93 e outras disposições aplicáveis, respeitadas as mesmas condições previstas neste instrumento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES E DO REAJUSTE

- 5.1. O valor mensal ajustado pela concessão onerosa de uso do espaço físico descrito na Cláusula Primeira é de **R\$ 286,06 (duzentos e oitenta e seis reais e seis centavos)**.

5.1.1. O valor mensal decorrente da concessão onerosa do espaço físico poderá ser reduzido pela CONCEDENTE a 50% (cinquenta por cento) do valor mensal nos meses de recesso escolar (Janeiro e Julho) e quando ocorrerem paralisações superiores a 15 (quinze) dias, conforme previsão constante no Termo de Referência.

5.1.2. Em caso de greve da CONCEDENTE ou em outros períodos em que a CONCESSIONÁRIA não funcione por força maior, a requerimento expresso da CONCESSIONÁRIA, o valor pelo uso do espaço público decorrente da concessão onerosa poderá não ser cobrado a critério da CONCEDENTE.

5.2. O valor total ajustado, pelo período de vigência deste contrato, na data de sua publicação, corresponde a R\$ 3.432,72 (três mil, quatrocentos e trinta e dois reais e setenta e dois centavos).

5.3. As regras acerca do reajuste de preços do valor da concessão onerosa do espaço físico e dos itens constantes na cesta de produtos são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá recolher mensalmente o valor da concessão de uso do espaço, composto pelos valores das taxas de ocupação, de monitoramento e de coleta de resíduos, e dos consumos dos serviços de fornecimento de energia elétrica, de água e de coleta e tratamento de esgoto, através de depósito pela Guia de Recolhimento da União, conforme as regras estabelecidas no Termo de Referência.

6.2. O pagamento a que se refere o item anterior deverá ser feito no prazo estabelecido no Termo de Referência, sendo que após este prazo será constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de multa sobre o valor em atraso, inclusive com a incidência de juros previstos em lei, conforme o estabelecido no Termo de Referência.

6.3. O atraso no pagamento por período superior a 03 (três) meses, consecutivos ou alternados, dará ensejo à CONCEDENTE de providenciar a imediata restituição do espaço objeto da concessão, ficando desde já ciente a CONCESSIONÁRIA independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

6.4. Para efeito de controle e recebimento, os meses deverão ser considerados do 1º ao último dia; no caso de início do contrato em período diferente, deverá ser recolhido o valor do início até o último dia do mês.

7. CLÁUSULA SEXTA – DA DEVOLUÇÃO DO ESPAÇO

7.1. Findo o contrato, a CONCESSIONÁRIA compromete-se a devolver à CONCEDENTE o espaço objeto deste Contrato, conforme estabelecido pelo item 11.22 e 11.23 do Termo de Referência.

7.2. O não atendimento do item acima dará ensejo à CONCEDENTE de promover a desocupação extrajudicial, sem necessidade de determinação judicial.

8. CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. A CONCEDENTE, através de servidor designado, acompanhará e fiscalizará a execução do presente Contrato, na conformidade do disposto no art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

8.2. O regime de execução do objeto a serem executados pela CONCESSIONÁRIA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

10.1. Incumbirá à CONCEDENTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

11.1. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONCESSIONÁRIA o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.3. A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da CONCEDENTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 12.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 12.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 12.4.3. indenizações e multas.
- 12.5. Considerar-se-á rescindido o presente Contrato, independentemente de ato especial, retornando a área do espaço à CONCEDENTE, sem direito da CONCESSIONÁRIA a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se:
- 12.5.1. vier a ser dado à área concedida utilização diversa da que a ela foi destinada nos termos deste Contrato;
 - 12.5.2. houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da Concessão;
 - 12.5.3. ocorrer renúncia à concessão ou se a(o) CONCESSIONÁRIA deixar de exercer suas atividades específicas ou, ainda, na hipótese de sua extinção, liquidação ou falência;
 - 12.5.4. houver, em qualquer época, necessidade de a CONCEDENTE dispor, para seu uso, da área vinculada a este Contrato;
 - 12.5.5. ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

- 13.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Campo Grande/MS - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em via digital, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado eletronicamente pelos contraentes.

Campo Grande, MS.



Documento assinado eletronicamente por **Helder Nobre de Oliveira Silva, Administrador**, em 25/07/2022, às 10:33, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3428309** e o código CRC **6C450139**.

SECRETARIA DE LICITAÇÕES

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23453.000050/2022-88

SEI nº 3428309

Criado por [helder.silva](#), versão 2 por [helder.silva](#) em 25/07/2022 10:32:22.